

TERMO DE REFERÊNCIA
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
PREGÃO Nº 10/2020.
(Processo Administrativo nº 23076.027894/2018-34)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço comum de **FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ATRAVÉS DE CAMINHÃO-PIPA** para o campus Recife da UFPE (exceto Hospital das Clínicas), através de empresa especializada, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento e no **ANEXO I** deste termo de referência:

ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável
1	17299	Fornecimento de água potável através de caminhões-pipa, com capacidade não inferior a 16 metros cúbicos, para atender às necessidades da UFPE, por um período de 12 (doze) meses.	Unidade	120	R\$ 353,66

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Fornecimento e transporte de água em caminhão-pipa.
- 1.3. O quantitativo e respectivo código do item são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço unitário.
- 1.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência pelo período de 12 meses, não sendo prorrogável.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência, contemplando a seguinte informação:

2.1.1. O campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco, atualmente possui 431.122,67 m² de área construída e 943.866,98 m² de áreas externas. Os números da UFPE de discentes, docentes e técnico-administrativos, são:

32.440 alunos nos cursos de graduação;

4.135 alunos nos cursos de mestrado acadêmico;

440 alunos em mestrados profissionais;

3.823 alunos em doutorados;

1.500 alunos nos cursos de especialização;

430 alunos do Colégio de Aplicação (ensino fundamental e médio);

2.834 professores;

58 professores do Colégio de Aplicação;

4.184 servidores técnico-administrativos.

Totalizando um quantitativo populacional médio de 49.844 indivíduos circulando dentro do Campus Recife da UFPE.

2.1.2. Além desse contingente, a instituição recebe diariamente, um grande número de visitantes em suas instalações. O Campus Reitor Joaquim Amazonas (Recife) tem um sistema misto de abastecimento, sendo um próprio de abastecimento e tratamento de água através da ETA e outro o da rede pública COMPESA

2.1.3. Além disso, o sistema de abastecimento conta com reservatórios que totalizam uma capacidade de armazenamento de 9.479.215 litros de água ou 9.479,22 m³ distribuídos em 68 reservatórios no Campus Recife (Reitor Joaquim Amazonas), Edf. da SUDENE, Faculdade de Direito do Recife, Núcleo de TV e Rádio Universitária.

2.1.4. Com isso o abastecimento suplementar via Caminhões-Pipa é de primordial importância devido à necessidade de atender com urgência os estudantes, professores e servidores dos Centros Acadêmicos, Unidades Administrativas, Órgãos Suplementares, Laboratórios e o público usuário da UFPE, em caso extremo de falta d'água e, como também, devido a alguma incapacidade de nosso sistema de abastecimento e tratamento de água (ETA), por manutenção no Sistema, ou por interrupção inesperada de abastecimento de algum prédio ou por interrupção de abastecimento do sistema público COMPESA.

2.1.5. O Campus Recife ainda conta com um Restaurante Universitário que está localizado na Avenida dos Reitores. O espaço ocupa área de 1.292 m² e tem capacidade para atender até 550 pessoas sentadas. De segunda a sexta-feira, são oferecidos diariamente 500 desjejuns (estudantes que possuem subsídio integral), no horário das 07h às 8h, 3.000 almoços, no horário das 10:30h às 14:30h, e 1500 jantares, das 17h às 19h, por causa desse quantitativo são necessários Caminhões-Pipa para o atendimento eficiente ao departamento solucionando parcialmente possíveis interrupções no abastecimento por cronogramas periódicos de desabastecimento via Compesa e atendendo como complemento ao subdimensionamento da tubulação que abastece o restaurante universitário, visto que foi verificado que os diâmetros dos tubos de abastecimento subutiliza a distribuição de água.

2.1.6. Além disso, o Campus Recife possui um departamento de Fisioterapia que possui 1.589 m² de área construída e é composto por: Piso inferior- 4(quatro) salas de aula, equipadas com material áudio-visual, 2(duas) salas de aulas práticas e 4 (quatro) Laboratórios, área administrativa (Escolaridade e Chefia), Centro Acadêmico, Sala de Informática, Almoxarifado, Recepção, copa e W/C. Piso Superior: Sala de Reunião, 15 ambientes para Professores, copa e W/C. O mesmo utiliza-se de piscinas para o tratamento dos pacientes que também são abastecidas periodicamente com caminhões-pipa o que caracteriza a necessidade também de aquisição dos mesmos.

2.1.7. Por tratar-se de serviços com necessidade de contratações frequentes para atender demandas de quantitativos variáveis em execuções parceladas, mediante remuneração por unidade de medida (unidade - de caminhão com capacidade mínima de 16.000 L), optou-se pelo registro de preços, nos termos do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, mediante licitação na modalidade de pregão eletrônico, que se regerá pelas

Leis nº 10.520/02 e 8.666/93, atualizadas, pelo Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, e pela IN SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

2.1.8. O quantitativo foi definido levando em conta contratações anteriores e a atual realidade da UFPE, conforme item 7 do Estudo Preliminar (Anexo V);

2.1.9. O Regime de Execução adotado será o de Empreitada por preço unitário, visto que sua execução será por preço certo de unidades determinadas, para cada unidade de caminhão-pipa fornecida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de fornecimento de água potável por meio de caminhão-pipa, com fornecimento mínimo de 16 m³ = 16.000 L, para atender às necessidades de abastecimento de água das edificações da UFPE, em situações de falta de abastecimento pela COMPESA.

3.2. A solução pretende atender todos os Centros, divisões e unidades administrativas que compõem o Campus Recife da UFPE. Salientando que o prazo de entrega dos caminhões solicitados é de 24 horas de acordo com o estipulado no Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser adquirido mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços licitados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Fornecedora e a UFPE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os licitantes deverão atentar que:

5.1.1.1. O produto ofertado deverá atender aos requisitos constantes nos artigos 6 e 7 da Lei Municipal nº 16.839 do Município do Recife.

5.1.1.2. Comprovação de Licença Ambiental pelo órgão competente para atividade compatível com o objeto licitado, dentro do prazo de validade - (original ou cópia autenticada);

5.1.1.3. Certificado de Regularidade do Responsável Técnico no Conselho Regional de Química, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada).

5.1.1.4. Comprovação que a empresa possui autorização para transporte de água potável emitida pelo órgão competente dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada);

5.1.2. O serviço não é caracterizado como de natureza continuada pois não há a necessidade do atendimento de forma contínua como definem os Arts. 15 e 16 da IN 05/17. Estando seu fornecimento condicionado à falta de abastecimento pela COMPESA.

5.1.3. Devem ser observados os critérios abaixo, previstos no artigo 4º, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

5.1.4. Os critérios de sustentabilidade apresentados neste item devem constar como obrigações do fornecedor, sendo passível de sanção a sua inobservância.

5.1.5. A ata de registro de preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura pelas partes.

5.1.6. Em virtude da natureza comum que não requer maiores especificidades na prestação do serviço, não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.1.7. As soluções de mercado estão identificadas no item 8 do estudo preliminar.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. (Anexo IV)

5.3. A quantidade estimada de fornecimento é de 120 unidades (cento e vinte) de caminhão, com fornecimento mínimo de 16 m³ por solicitação.

5.4. As obrigações da Fornecedora e da UFPE estão previstas neste TR.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor, da Diretoria de Gestão Ambiental da SINFR, designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (81)2126-8076, podendo sua realização ser comprovada por:

6.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; ou

6.1.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. O fornecimento de água potável na UFPE está sob a responsabilidade da Estação de Tratamento de Água da UFPE/DGA, que fará a gestão e fiscalização dos serviços bem como a emissão das Ordens de Serviço (Modelo no anexo III), com a requisição das carradas necessárias para garantir o perfeito abastecimento das suas unidades acadêmicas e administrativas;
- 7.1.2. A Fornecedora atendendo às ordens de serviço emitidas disponibilizará caminhão-pipa devidamente adequado para o fornecimento e transporte de água potável, conforme a legislação vigente;
- 7.1.3. O fornecimento de água potável será em carradas não inferior a $16 \text{ m}^3 = 16.000 \text{ L}$ (dezesesseis mil litros);
- 7.1.4. O serviço de fornecimento da presente licitação será realizado entre as 6:00h e 18:00h, em um período de até 24 horas após a solicitação através de ligação e e-mail e/ou fax enviando Ordem de Serviço. Será realizado no local e endereço indicado pelo servidor da UFPE, sendo necessária a presença de um servidor responsável pela unidade acadêmica a ser atendida no momento da prestação do serviço na UFPE;
- 7.1.5. Os endereços para entrega serão os seguintes: Av. Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife (Campus Joaquim Amazonas – Exceto Hosp. das Clínicas); Antigo prédio da SUDENE (Av. Prof. Moraes Rego - Cidade Universitária, Recife - PE, 50670-420), Av. Norte, 68, Santo Amaro, Recife (Núcleo de TV e Rádio Universitária); Praça Adolfo Cirne s/n – Boa vista, Recife (Centro de Ciências Jurídicas); Rua Amaury de Medeiros, 206, Derby, Recife (Memorial de Medicina de Pernambuco); Rua Benfica, 157, Madalena, Recife (Diretoria de Extensão Cultural);
- 7.1.6. O quantitativo de carradas de água potável – objeto registrado em ATA - a ser destinado a UFPE será definido na nota de empenho e Ordens de Serviços (requisições) expedidas pela Superintendência de Infraestrutura/UFPE, de acordo com as demandas e necessidades da UFPE;
- 7.1.7. A entrega do produto fora das especificações indicadas no Anexo I e em desconformidade com as exigências acima implicará a recusa por parte da UFPE, e deverá ser substituído pelo fornecedor imediatamente sem que acarrete despesa adicional, de qualquer natureza, para a UFPE;
- 7.1.8. O veículo utilizado para fornecimento de água deve conter, de forma visível, a inscrição "ÁGUA POTÁVEL" e os dados de endereço e telefone da fornecedora, para contato.

8. MODELO DE GESTÃO DA ATA E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

8.1. A gestão da ATA será acompanhada pelo servidor José Iranildo Barbosa Sales da Silva, SIAPE 1830132, CPF 093.797.514-19, e-mail iranildo.sales2@gmail.com, e em substituição pelo servidor André Felipe Pereira de Souza Brito, SIAPE 1908586, e-mail: andre.felipebrito@gmail.com lotados na Diretoria de Gestão Ambiental da SINFRA (telefone: 81 2126-8076).

8.2. Caberá ao Gestor:

- a. Atuar junto à Fornecedora, de modo a garantir o cumprimento da ARP de acordo com o Termo de Referência, com as propostas e demais elementos constitutivos do processo licitatório;
- b. Solicitar à Fornecedora ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço;
- c. Planejar a execução dos serviços vinculados à ATA de modo que a prestação do serviço seja otimizada;
- d. Emitir a Ordem de Serviços para início da execução dos serviços, acompanhada de Nota de Empenho;
- e. Emitir as Ordens de Serviço especificando a quantidade do serviço, o tipo do serviço e os locais específicos de execução, vinculando-as necessariamente a uma Nota de Empenho e à ATA;
- f. Recomendar à administração a aplicação das sanções previstas em ATA que se tronarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento, pela fornecedora, das obrigações assumidas;
- g. Encaminhar para a fatura dos serviços para fins de pagamento após recebimento do fiscal técnico e administrativo;
- h. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades da Ata, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- i. Analisar os relatórios e livro de ocorrências contendo as solicitações e apontamentos dos fiscais;
- j. Exigir da Empresa Prestadora dos serviços a correção das falhas verificadas;
- k. A gestão será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais;
- l. Solicitar parecer técnico, contábil ou jurídico a administração quando necessário;
- m. Dar recebimento aos serviços executados, em forma de relatório ou termo circunstanciado, atestar e liberar a fatura (nota fiscal) para pagamento após o recebimento da fiscalização técnica e administrativa e a verificação dos itens cabíveis a gestão.
- n. Gerenciar processos de adesão por órgãos não participantes.

o. Gerir o quantitativo disponível na ARP.

- 8.3. O pagamento será efetuado conforme item 15 deste Termo de Referência;
- 8.4. O faturamento deverá ser mensal por efetiva utilização de acordo com as ordens de serviço emitidas;
- 8.5. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à Fornecedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo acima definido, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- 8.6. A Prestadora dos serviços deverá protocolar, de forma eletrônica, no protocolo geral da UFPE a Fatura ou Nota Fiscal, a qual deverá ser dirigida ao Gestor da ARP.
- 8.7. A execução dos serviços deverá levar em conta os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados – IMR (ANEXO V)

9. OBRIGAÇÕES DA UFPE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Fornecedora, de acordo com as cláusulas da ARP e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a Fornecedora por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à Fornecedora o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da fornecedora, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Fornecedora, tais como:
 - 9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Fornecedora, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
 - 9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Fornecedora;
 - 9.6.3. considerar os trabalhadores da Fornecedora como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pelos serviços, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto da Ata;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Fornecedora;

10. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas da ARP, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ata, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a UFPE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Fornecedora, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na UFPE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa fornecedora deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da fornecedora; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo serviço, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à UFPE;
- 10.8. Comunicar ao Fiscal da ARP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela UFPE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do fornecimento.
- 10.10. Paralisar, por determinação da UFPE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da ARP.
- 10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 10.14. Submeter previamente, por escrito, à UFPE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do edital.
- 10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.16. Manter durante toda a vigência da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;
- 10.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da UFPE;
- 10.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.21. Prestar o serviço de fornecimento de Água Potável em conformidade com a legislação vigente e com especificação disposta neste termo, em um período de até 24 horas após a solicitação, formalizada pelo setor gestor da ARP;
- 10.22. Responder por todos os custos associados ao transporte da água até os locais estabelecidos pela UFPE;
- 10.23. Manter registro com dados atualizados sobre o fornecedor e a fonte de água; manter registro atualizado das análises de controle da qualidade da água, previstos na Portaria 2.914/2011;
- 10.24. Assegurar que a água fornecida contenha um teor mínimo de cloro residual livre de 0,5 mg/L;
- 10.25. Atender à Portaria Ministério da Saúde nº 2.914/2011, que regulamenta os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, as competências técnicas;
- 10.26. Garantir que tanques, válvulas e equipamentos dos veículos transportadores sejam apropriados e de uso exclusivo para o armazenamento e transporte de água potável;
- 10.27. Atender aos critérios de sustentabilidade previstos no subitem 5.1.3 deste Termo de Referência.
- 10.28. Comprovar o atendimento do previsto nos subitens do item 5.1.1 deste termo.
- 10.29. Fornecer água com qualidade que respeite as especificações do anexo I deste Termo.
- 10.30. Utilizar, na prestação do serviço, caminhões dotados com mangueira de pelo menos 50 metros de comprimento.
- 10.31. O produto ofertado deverá atender aos requisitos constantes nos artigos 6 e 7 da Lei Municipal nº 16.839 do Município do Recife.
- 10.32. Comprovação que a empresa possui autorização para transporte de água potável emitida pela Vigilância Sanitária do município do Recife ou do estado de Pernambuco (conforme lei nº 14.826/2012), dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada);

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa fornecedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ARP; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da ARP.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. A Fiscalização Técnica dos serviços a serem prestados será exercida pela Superintendência de Infraestrutura/UFPE, através do servidor Antônio Avelino de Maria, SIAPE 1133490, lotado na Diretoria de Gestão Ambiental, telefone 2126-8076. O qual será substituído pelo servidor Antônio Pedro da Silva SIAPE 1133682 lotado na Diretoria de Gestão Ambiental, telefone 2126-8076, a ser designado pelo Magnífico Reitor no Termo de Ata.

13.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução da ata consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da UFPE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da UFPE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e da Ata.

13.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.5. A conformidade do caminhão a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da empresa que contenha sua especificação, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas especificações técnicas.

13.6. O representante da UFPE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas da Ata, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela prestadora do serviço ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em cancelamento da ARP, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução da ata devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da ARP.

13.9. A fiscalização técnica da ARP avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a empresa prestadora do serviço:

- 13.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades registradas em ata.
- 13.9.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 13.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à fornecedora a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da FORNECEDORA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria FORNECEDORA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.13. A FORNECEDORA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 13.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à FORNECEDORA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 13.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação semestral, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.16. Caso seja necessário poderá solicitar apoio técnico, junto a Gerência de Recursos Hídricos, para verificar a qualidade da água que estará sendo fornecida pela empresa;
- 13.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente ao serviço.
- 13.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da UFPE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento do caminhão-pipa, nos termos abaixo.
- 14.2. No prazo de até *5 dias corridos* do fornecimento da água, a FORNECEDORA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação da Ata;
- 14.3. O recebimento será realizado pelo fiscal da ata após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 14.3.1. A UFPE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os ajustes que se fizerem necessários.

14.3.1.1. Para efeito de recebimento, o fiscal da Ata irá avaliar a execução, por meio do IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da ata.

14.3.1.2. Em havendo necessidade de redimensionamento de valores, o gestor da ata fica responsável de comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (anexo V), ou instrumento substituto.

14.3.1.3. A Fornecedora fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento.

14.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Fornecedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata, ou, em qualquer época, das responsabilidades assumidas em ata e por força das disposições legais em vigor.

14.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal da ata, às custas da Fornecedora, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela UFPE no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do caminhão-pipa, conforme este Termo de Referência.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1. o prazo de validade;

15.4.2. a data da emissão;

15.4.3. os dados da ata e da UFPE;

15.4.4. o período de prestação dos serviços;

15.4.5. o valor a pagar; e

15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a fornecedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a fornecedora;

15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a fornecedora:

15.6.1. não produziu os resultados acordados;

15.6.2. deixou de executar as atividades fornecidas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à fornecedora, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da fornecedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da UFPE.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a UFPE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da fornecedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a UFPE deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à fornecedora a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da ata, caso a fornecedora não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será cancelada a ata em execução com a prestadora do serviço inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da UFPE.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa da UFPE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Fornecedora não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela UFPE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia da execução, por se tratar de ata registro de preço para fornecimento de água em caminhão-pipa em pronta entrega, sem dedicação de mão de obra exclusiva, a ser solicitado mediante utilização de nota de empenho em substituição ao instrumento de contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a FORNECEDORA que:

18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da prestação do serviço;

18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. falhar ou fraudar na execução da ata;

18.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

18.1.5. cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste termo, a Administração pode aplicar à fornecedora as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações da ata consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço prestado;

18.2.2. Multa de:

- 18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo do cancelamento unilateral da avença;
 - 18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 18.2.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 18.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste Termo de Referência.
- 18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a fornecedora ressarcir a UFPE pelos prejuízos causados;
- 18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à fornecedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.4. Por se tratar de serviços de fornecimentos pontuais de água, sem obrigações acessórias ou futuras, não aplicam-se penalidades gradativas, como no caso dos contratos, devendo ser observados os termos do IMR (Anexo V deste TR), no que couber.
- 18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 18.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 18.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 18.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à fornecedora, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

- 18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à UFPE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 18.7.1. Caso a UFPE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 19.3.1. Comprovação de Licença Ambiental pelo órgão competente para atividade compatível com o objeto licitado, dentro do prazo de validade - (original ou cópia autenticada);
- 19.3.2. Certificado de Registro do Responsável Técnico no Conselho Regional de Química, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada).
- 19.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 19.4.1. Valor Global: R\$ 42.438,80 (quarenta e dois mil quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)
- 19.4.2. Valores unitários: conforme planilha constante no anexo 1 do Estudo Preliminar.
- 19.4.3. Não há margem de preferência para o item.
- 19.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

- 19.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 19.7. O parecer técnico será emitido por servidor da Gerência de Recursos Hídricos da Diretoria de Gestão Ambiental da SINFRA, telefone (81) 2126-8076 - E-mail: dga.s.infra@ufpe.br.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 20.1. O custo estimado da licitação é o previsto no valor global máximo.
- 20.2. O valor global máximo difere do obtido nos estudos preliminares, pois aquele teve o prazo de validade de 180 dias expirado, tendo sido realizada nova pesquisa de preços em 03 de março de 2020.
- 20.3. Foram coletados 3 preços no Painel de Preços Públicos, em conformidade com a IN nº 05/2014, alterada pela IN nº 03/2017 do MPOG, conforme se depreende de planilha constante no processo.

21. INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇO.

- 21.1. O registro e divulgação do objeto deste Termo de Referência caberão à Diretoria de Licitação e Contratos/PROGEST/UFPE, mediante o procedimento de Intenção de Registro de Preços, em observância às regras previstas no Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, para viabilizar a manifestação de outros órgãos/entidades da Administração Pública em participar do certame;
- 21.2. Motivado pelo corte de gastos determinado pelo Governo Federal, este processo prevê a possibilidade de adesão de órgãos não participantes, assim aqueles órgãos que necessitem poderão atender suas demandas de forma mais célere e econômica, em observância ao que dispõe o art. 22 do Dec. 7.892, de 23/01/2013, desde que observados os requisitos apresentados no referido artigo, bem como não exceda, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto no instrumento convocatório e registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 21.3. Conforme art. 22, § 4º, do Dec. nº 7.892 de 23/01/13, O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Indicar a dotação orçamentária da contratação, exceto se for SRP.)

Recife, 03 de março de 2020.

Manoel Heleno de Castro
SIAPE 1748801
Diretoria de Gestão Ambiental - SINFRA

Leonardo Luizines de França Cavalcanti
SIAPE 2790429
Coordenação Administrativa e Financeira- SINFRA

ANEXOS

Anexo I – Especificação da qualidade da água (fls. 226)

Anexo II – Modelo de Proposta (fls. 226v / 227)

Anexo III – Modelo de Ordem de Serviço (fls. 227v)

Anexo IV a – Declaração de Conhecimento do Objeto (fls. 228)

Anexo IV b – Modelo de Atestado de Vistoria (fls. 228v)

Anexo V – Instrumento de Medição de Resultado – IMR (fls. 201/202)

Anexo VI - Estudos Preliminares (fls. 203/210)

Aprovo este Termo:

Carlos Henrique Falcão

Superintendente de Infraestrutura

Autorizo abertura da licitação:

Magnífico Reitor **Prof. Alfredo Gomes**